

FACULDADE CALAFIORI

NATÁLIA FERREIRA SOUZA

DISLEXIA: um desafio da educação contemporânea

São Sebastião do Paraíso- Minas Gerais

2017

Natália Ferreira Souza

DISLEXIA: um desafio da educação contemporânea

Trabalho apresentado à Faculdade Calafiori de São Sebastião do Paraíso - MG, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Escolar

Orientadora: Profa. Mestra Adriana Regina Silva Leite

Linha de Pesquisa: Alfabetização Especial

Aluno: Natália Ferreira Souza

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

2017

NATÁLIA FERREIRA SOUZA

DISLEXIA: um desafio da educação contemporânea

Trabalho apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Curso de Pedagogia da Faculdade Calafiori de São Sebastião do Paraíso-MG.

Comissão Julgadora:

Orientador – Prof^ª. Mestra Adriana Regina Silva Leite

2^a examinadora – Prof^ª. Especialista. Maria Paula Cintra Naves

3^a examinadora – Prof^ª. Especialista Ivanilyã Elísua Guimarães da Silva

Avaliação: () _____

São Sebastião do Paraíso, 20 de dezembro de 2017.

DEDICATÓRIA

A Deus que, por sua misericórdia me trouxe até aqui, gabaritando-me com saúde e fé, sabendo que somente por Ele é que tudo que tenho e terei a mim é proporcionado. A minha família que sempre esteve comigo, em especial ao meu marido Daniel Souza que me ensina como lidar com situações adversas e minha filha Sophia Souza, que me ensina categoricamente todos os dias o que é amar e ser amada; todos eles são presentes de Deus para minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente meus agradecimentos a Deus, que é minha rocha, meu porto seguro – Aquele que me sustenta – porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

Em especial à minha família, a todos sem distinção – pois por todos tenho grande carinho e amor, distribuídos de maneiras diferentes, mas sempre o meu verdadeiro amor.

Por concluso, aos meus professores e mestres que ao longo de quatro anos de minha vida estiveram ao meu lado, ensinando-me que o maior desafio não é ensinar, e sim ter a certeza de que o outro aprendeu. Obrigado a todos.

SOUZA, Natália Ferreira. **Dislexia: um desafio da educação contemporânea**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Faculdade Calafiori. São Sebastião do Paraíso, 2017.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral estudar as definições atuais sobre a dislexia e como os professores podem auxiliar no diagnóstico através das dificuldades que essas crianças apresentam. Especificamente compreender as causas e os efeitos da dislexia na vida de crianças com tal dificuldade; averiguar a importância da inclusão escolar na educação e seus dispositivos legais; conhecer não só as dificuldades, mas também o que os leva a tê-las. Através de um estudo bibliográfico e de cunho qualitativo, foi realizado este trabalho; tivemos o cuidado de utilizar materiais confiáveis e referenciais na área de estudo do tema. Definimos o que é dislexia e como é feito esse diagnóstico; falamos da importância do trabalho interdisciplinar no sucesso da inclusão de pessoas com esse distúrbio. Apresentamos as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação especial. Incluímos no trabalho as maneiras que a legislação nacional contribui para a inclusão de pessoas com dislexia e como acioná-las. Concluímos que a dislexia é um distúrbio neuropsicológico que influencia no processo de aprendizagem dos disléxicos. Constatamos que muitas famílias não conseguem perceber essa dificuldade e por isso é fundamental que o professor tenha conhecimentos nessa área e desenvolva um trabalho multidisciplinar para inclusão dessa criança. Também se percebeu que há dificuldades dos educadores nessa inclusão à medida que não encontram suporte para desenvolver um trabalho de qualidade. Por fim, constatamos que existem legislações que permitem a inclusão escolar especial e que é possível o desenvolvimento satisfatório desses alunos.

Palavra-chave: Dislexia; Educação especial; Pedagogia Contemporânea.

SOUZA, Natália Ferreira. **Dyslexia: A Challenge of Contemporary Education.** Completion of course work. Degree in Pedagogy. Calafiori College, São Sebastião do Paraíso, 2017.

Abstract

The present study aims to study current definitions of dyslexia and how teachers can help in diagnosis through the difficulties these children present. Specifically understand the causes and effects of dyslexia in the lives of children with such difficulty; to ascertain the importance of school inclusion in education and its legal provisions; to know not only the difficulties, but also what leads them to have them. Through a bibliographic and qualitative study, this work was carried out; we were careful to use reliable and referential materials in the area of study of the theme. We define dyslexia and how this diagnosis is made; we speak of the importance of interdisciplinary work in the success of including people with this disorder. We present the difficulties faced by special education professionals. We have included in the paper the ways that national legislation contributes to the inclusion of people with dyslexia and how to trigger them. We conclude that dyslexia is a neuropsychological disorder that influences the learning process of dyslexics. We found that many families cannot perceive this difficulty and therefore it is fundamental that the teacher has knowledge in this area and develop a multidisciplinary work to include this child. It was also noticed that there are difficulties of the educators in this inclusion as they do not find support to develop a quality work. Finally, we find that there are legislations that allow special school inclusion and that it is possible to develop the satisfactory of these students.

Keywords: Dyslexia; Special education; Contemporary Pedagogy

LISTA DE SIGLAS

ABD - Associação Brasileira de Dislexia

ABN - Academia Brasileira de Neurologia

AND - Associação Nacional de Dislexia

CAE - Centro de Avaliação e Encaminhamento

CTAS - Centro de Triagem de Atendimento Social Brasileira de Dislexia

DA - Dificuldade na Aprendizagem

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

SEESP - Secretaria de Educação Especial

TDAH - Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade

WFN - World Federation of Neurology

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 - DISLEXIA	4
1.1 – APRESENTAÇÃO INICIAL DO TEMA.....	4
1.2 - DISLEXIA - CRITÉRIOS, DIAGNÓSTICOS E DEFINIÇÕES	5
1.2.1 Déficit Fonológico.....	8
1.2.2 Déficit Auditivo.....	10
1.2.3 Processamento Visual.....	12
1.2.4 Déficit Alopônica	12
2 DISLEXIA – DESAFIOS PEDAGÓGICOS DO SÉCULO XXI.....	14
2.1 OBJETIVO DA TEMÁTICA PROPOSTA	14
2.1.1 A Educação além da Sala de Aula.....	14
2.1.2 A Estrutura Escolar Inclusiva no Cenário Nacional.....	16
2.1.3 A Importância da Docência Inclusiva na Carreira Escolar.....	17
2.1.4 Metodologias de Transmissão de Conhecimento	23
2.1.5 Legislação Especial para Inclusão Escolar	25
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
4 REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

Meu nome é Natalia Ferreira Souza, cursei o ensino médio na escola estadual Clóvis Salgado, em São Sebastião do Paraíso – Minas Gerais, finalizando com êxito. Vários professores contribuíram para minha formação, mas houve um professor que se destacou em minha vida fazendo com que eu viesse a pensar em uma graduação. A princípio me propus a iniciar no curso técnico de magistério, mas não levei até o final. Iniciei um curso completamente diferente que foi o de técnico em contabilidade; terminei, porém não exerci tal função por não me identificar. Em 2010, casei-me e em 2012 tive uma filha, o que me fez pensar no futuro. Foi quando resolvi cursar o ensino superior e deparei-me novamente com a pedagogia. No primeiro semestre do curso na faculdade, minha Professora Mestra Adriana Silva Leite nos apresentou um filme chamado “Como Estrela na Terra”, que contava a história de uma criança com dislexia e isto me instigou a querer saber mais sobre a dislexia. Pensava na possibilidade de auxiliar essas crianças que podem passar com os seus problemas despercebidos pela família e professores. Nos casos em que a criança não recebe atendimento especializado é porque falta o conhecimento sobre o assunto tanto da família quanto do docente. Assim, no caso do professor, ao conseguir atingir essa criança de forma satisfatória, certamente dará significado especial em sua vida pessoal, social e profissional.

Com a indagação acerca do que é dislexia e como alfabetizar um discente com tal transtorno, foi que nos deparamos com questões a serem definidas. Falta conhecimento por parte do professor e respaldo legal para tal transtorno? Tendo como objetivo chegar o mais próximo de um resultado satisfatório para alcançar tais crianças, muitas delas abandonam os estudos por acreditarem que não irão ter sucesso? Isso é uma realidade não só de crianças com dislexia, mas com outras necessidades especiais? Que motivos acabam tornando-os invisíveis dentro da sala de aula e até mesmo em seus lares? Para combater o fracasso escolar, pais e escola deveriam estar em conjunto a somar para obter êxito com estas crianças? Essas indagações nos fizeram elaborar os objetivos descritos a seguir.

Buscou-se como objetivo geral estudar as definições atuais sobre a dislexia e como os professores podem auxiliar no diagnóstico observando as dificuldades que essas crianças apresentam. O que se objetivou especificamente foi: compreender as causas e os efeitos da dislexia na vida de crianças com tal dificuldade; averiguar a importância da inclusão escolar

na educação e seus dispositivos legais; conhecer não só as dificuldades, mas também o que os leva a tê-las.

A pesquisa fica justificada pelo motivo de que muitas crianças são vistas com características de disléxicos, quando na verdade têm outros problemas comportamentais, e com isso há outras possibilidades para serem trabalhadas, lembrando que não só na escola como também no convívio familiar, em determinados casos, há a necessidade de acompanhamento por profissionais capacitados na área da saúde (psicólogos, neurologistas, psicopedagogos).

É de suma importância dizer que pessoas com dislexia podem ter uma vida social como qualquer outra, na verdade o que temos que levar em questão é o processo de leitura e escrita que estão entre suas maiores dificuldades, é o que nos afirma Santos e Navas (2004, p. 30):

Inteligência não é o problema; o problema é a linguagem. As pessoas que são disléxicas podem ter dificuldades de leitura, de escrita, de compreensão da linguagem que elas escutam ou de se expressar claramente pela fala ou pela escrita. Há uma discrepância inesperada entre o seu potencial para aprender e seu desempenho escolar.

Iremos mencionar a questão sobre déficit fonológico, distúrbio da atenção, problemas receptivos e de processamento da informação, dificuldades de leitura que são as principais dificuldades que os disléxicos apresentam, encontrando aqui a problemática que reside na falta de atividades e situações satisfatórias que se materializem na possibilidade de inclusão especial no âmbito escolar e as dificuldades para a inclusão e alfabetização dos discentes com dislexia. Segundo Capellini *et al* (2010, p. 17): “Qualquer que seja a escolha da intervenção, o que esses escolares merecem e necessitam é de um investimento pedagógico para a estimulação das habilidades de aprendizagem”.

No decorrer do trabalho falaremos acerca de como o professor deve se preparar para alcançar essas crianças e buscar um resultado satisfatório, já que é muito importante o docente saber as reais dificuldades que encontrará, facilitando, assim, na elaboração do plano de aula e colhendo informações precisas e atuais acerca de novas metodologias de educação especial inclusiva. Capacitando-se cada vez mais, o docente, torna-se mais seguro pessoal e profissionalmente, sendo capaz de realizar intervenções eficazes no ensino e podendo desenvolver um trabalho extracurricular, vezes que muitos familiares não possuem

estrutura para auxiliar seus entes, estimulando a busca de um profissional de saúde para que possam fechar um real diagnóstico da dificuldade apresentada pela criança.

Serão discutidos assuntos relacionados ao suporte legal que viabiliza a inclusão dessas crianças no ambiente escolar, garantindo uma educação especial de qualidade. Serão citadas as mudanças recentes nos paradigmas legais.

Por fim e não menos importante, após delinear-se a estrutura formal e material desse trabalho, serão apresentadas as conclusões, as quais não têm a pretensão de esgotar o tema, mas sim, de somar a outras pesquisas já existentes.

Ciente das inovações e das perspectivas que se estabelecem quando se interage com disléxicos, é papel do educador explorar esta área de atuação de maneira inclusiva, emancipadora, assistencialista e crítica, acrescentando com esses modelos elaborados e traçados. Assim, devemos como parte integrante desta evolução e deste crescimento, incentivar e garantirmos que o que está sendo feito e o que já se conquistou não irá de maneira alguma retroagir.

Diga-se para, que registros tenham que, apesar de tantas dificuldades (inclusive as externas e internas) e os fatores que as delibram (intrínseco/extrínseco) são fatores que refletem indubitavelmente no aprendizado e na inclusão, podendo modificar o futuro da criança com dislexia.

Foi realizada uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, obtendo, dessa maneira, informações suficientes na estruturação deste trabalho. Autores como Ianhez e Nico, abrilhantam o quadro em que se firma a pesquisa, bem como a fundamentação pertinente, também discorre de Vygotsky em obras que funcionalizam e esclarecem o pensamento proposto.

Em palavras de Gil, (2002, p. 44) “Os livros de referência, também denominados livros de consulta são aqueles que têm por objetivo possibilitar a rápida obtenção das informações requeridas, ou então, a localização das obras que as contêm”.

1 - DISLEXIA

1.1 - APRESENTAÇÃO INICIAL DO TEMA

Alicerçados nos fundamentos bibliográficos, buscou-se de modo analítico e simples, definir o que os autores entendem ser dislexia, para que se possa apropriar de forma significativa tal conhecimento. Segundo Rotta *et al* (2006, p. 184), dislexia pode ser conceituada como sendo um:

[...] transtorno específico da leitura (dislexia) faz-se presente quando a leitura oral e escrita sob ditado em fase de desenvolvimento encontra-se alterada. Existem inúmeras definições de dislexia, mas em todos os pontos é a ausência de qualquer tipo de comprometimento físico e ou mental, condições estruturais e motivacionais eficientes e integralidade potencial, de maneira que, apesar dessas adequações se verifica uma dificuldade na aquisição ou no desenvolvimento da habilidade da leitura e escrita.

O autor Valett (1989, p. 1) ao reafirmar as características da dislexia e suas inaptidões, traz a seguinte definição:

A dislexia é definida como um distúrbio grave de leitura devido a imaturidade e a disfunção neuropsicológica [...] deficiência na compreensão do significado das palavras e falta de associação básica impressas (introdução muito rápido com experiências insuficientes para assegurar a compreensão) [...] ênfase exagerada na análise de palavras, fixação exagerada na leitura de frases.

O autor nos mostra que a dislexia causa dificuldades na leitura, tornando-se um processo perceptivo linguístico bastante complexo, que a maioria das pessoas com dislexia apresenta, podendo ser percebida através da educação escolar. Traz em contexto uma perspectiva mais acentuada do que realmente importa, como as habilidades cognitivas intrínsecas à leitura, pois a maioria delas está baseada em destrezas perceptivas, métodos linguísticos fundamentais, como a integração auditiva, visual e ordenação. É exatamente nessas habilidades básicas que a pessoa disléxica possui a maior dificuldade ante seu

distúrbio, tendo que desenvolver, na maioria das vezes, uma maneira de combater eventuais dificuldades.

A dificuldade na aquisição de habilidades de leitura, em longo prazo, pode ser prejudicial ao indivíduo, principalmente, se não houver diagnóstico. Este diagnóstico deve ser realizado o quanto antes, a fim de uma maior chance de acerto na escolha do tratamento, que proporcionará maiores chances de aprendizado de uma criança com dislexia e conseqüentemente uma inclusão proveitosa.

Para tanto, cabe aqui expor a definição de Orton (*apud* Ianhez e Nico, 2002, p. 166) acerca da dislexia:

É uma dificuldade que ocorre no processo de leitura, escrita, soletração e ortografia. Não é uma doença, mas um distúrbio com uma série de características. Torna-se evidente na época da alfabetização, embora alguns sintomas já estejam presentes em fases anteriores. Apesar de instrução convencional, adequada inteligência e oportunidade sociocultural e ausência de distúrbios cognitivos fundamentais, a criança falha no processo de aquisição da linguagem. A dislexia independe de causas intelectuais, emocionais e culturais. É hereditária e a maior incidência é em meninos na proporção de três para um (ou seja, a cada três meninos que nascem com dislexia, apenas uma menina nasce disléxica).

Portanto, dislexia é uma dificuldade no aprendizado que demanda a necessidade de intervenções pedagógicas diferenciadas aos disléxicos, intervenções estas que resultarão na aquisição de conhecimentos pelas partes envolvidas nesta inclusão escolar. O trabalho do professor dependerá do diagnóstico, traçando de maneira pontual métodos de alfabetização inclusiva e tornando o futuro do disléxico mais promissor.

1.2 - DISLEXIA - CRITÉRIOS, DIAGNÓSTICOS E DEFINIÇÕES

Primeiramente tomamos o cuidado de elencar na aprendizagem do discente os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, emocionais, neurológicos e genéticos; muitos alunos apresentam suas dificuldades de aprendizagem pelo meio em que vive e pela forma metodológica de alfabetização do docente, bem diferente de uma criança com fatores neurológicos e genéticos que impossibilita, inviabiliza, dificulta a criança em ser alfabetizada como as demais crianças que não possuem tal dificuldade, independente do meio em que vive.

Ao trabalhar-se com os três últimos fatores elencados (emocionais, neurológicos e genéticos) tem-se os fatores intrínsecos, aqueles que (in)dependem de vontade particular, característica do disléxico – entende-se que estes três últimos fatores não só contribuem de maneira significativa para que um eventual sucesso (ou fracasso) aconteça no tratamento, bem como influencia em toda vida do disléxico.

Quando se falamos primeiros fatores (sociais, econômicos, políticos e culturais) estamos nos referindo aos fatores extrínsecos ao ser, mas que também contribuem para que a inclusão aconteça de maneira gradativa e constante.

Em busca de uma definição acerca do tema, necessário se faz saber que uma pessoa disléxica apesar de ter o transtorno de aprendizagem da leitura, possui sua capacidade de inteligência normal (igual em relação aos não disléxicos) e não há vestígios de problemas perceptuais ou neurológicos. Nesse entendimento trabalha e conceitua Capelline *et al* (2010, p. 11):

Transtorno de aprendizagem da leitura [...] ocorre apesar de inteligência normal, de ausência de problemas sensoriais ou neurológicos, de instrução escolar adequada, de oportunidades socioculturais suficientes, que se potencializa certamente da existência de perturbação de aptidões cognitivas fundamentais, frequentemente de origem constitucional.

Dessa maneira a dislexia sofre influência dos fatores supracitados e consegue-se de igual modo verificar que sua potencialização acontece na medida em que a criança é exposta a tais fatores.

No decorrer do trabalho, observou-se que ao depender dos fatores intrínsecos (emocionais, neurológicos e genéticos) como são ligados ao fator biológico do ser, sofrem influência de seus ancestrais, pois a genética que acompanha o indivíduo é única, não possuindo este a capacidade (ainda que queira) de se desvencilhar da mesma. Por outro lado, no que diz respeito aos fatores extrínsecos, influenciam uma eventual potencialização à medida que todos estes fatores são modificáveis e dependem do ser humano para assim fazer, esse não se consegue oferecer esses fatores em qualidade, certamente influenciarão negativamente, mas, se trabalhados de maneira organizada e ininterrupta, certamente ocorrerá êxito na inclusão em todas as suas maneiras. Assim afirma Cunha (2010, p. 11):

A história familiar positiva é um dos mais importantes fatores na identificação da dislexia (entre 23 a 65% das crianças com pais disléxicos).

Os gêneses ligados à dislexia estão localizados nos cromossomos 2, 3, 6, 15 e 18, indicando uma herança poligênica, sendo expresso por quatro genes, denominado KIAA0319, DCDC2, ROBO1 e DYX1C1.

Sabe-se que o trajeto que leva à aquisição de conhecimentos de leitura e de escrita é longo e faz-se necessária a atuação de qualidade dos profissionais da educação. De modo acentuado nos que trabalham na docência, os quais conhecem as dificuldades dos alunos, sendo estas dificuldades em qualquer dos fatores elencados. Contudo, grande impacto acontece principalmente nos anos iniciais da alfabetização, pois é neste momento em que se inicia o “fracasso ou conquista” escolar para a criança. Em complemento ao abordado até aqui, apresenta-se a fala de Capelline *et al* (2010, p. 7):

Entender os problemas de aprendizagem que afetam os escolares no processo de alfabetização não é tarefa fácil para os profissionais [...] o impacto do desconhecido sobre as dificuldades cognitivo-linguísticas destes escolares gera comprometimento na qualidade de vida escolar e social destes.

Outro aspecto que propicia a inclusão na educação especial são os métodos e instrumentos para promover a emancipação educacional - e nesta ideologia, sem nenhuma complicação e/ou formalidade Telles (2004, p. 713) assevera “[...] que qualquer que seja a escolha da intervenção, o que tem que ser enfatizado é que esses escolares merecem [...] um investimento pedagógico para a estimulação de habilidades de aprendizagem”.

Infelizmente não é o que ocorre nas escolas, falta de conhecimento técnico e material pedagógico para fins de obtenção de resultados qualitativos para essas crianças são alguns dos desafios enfrentados pelo professor.

A solução para a questão necessita de que escola e família estejam unidas, buscando soluções que venham alcançar todos, sem exclusão e desenvolvendo novas formas de alcançar crianças com a mesma dificuldade.

No contexto histórico desta disfunção, deste distúrbio, diversos nomes foram elaborados (pré-estipulados; pré-conceituados) para esta situação que se perfaz em nossa atualidade que se preserva como dislexia - entre os prenomes se delega Dislexia Congênita; Estrefofossimbolia; Alexia do Desenvolvimento, Dislexia Constitucional – observa-se que tentaram conceituar, nomear através do que se entendia, do que se sabia à época, se tinha por informação, uma prova cabal disto é este conceito que já fora formulado e defendido pela

supracitada autora (2004, p. 714) que a dislexia era “parte do contínuo das perturbações de linguagem, caracterizada por um déficit no processamento verbal dos sons”.

No decorrer da história, trabalhava-se com a ideia de que a dislexia encontrava sua definição em sentido léxico - problemas emocionais e afetivos e não mais biológicos - minimizando anterior abordagem que se perfazia até então.

Desta feita, em 1968 a Federação Mundial de Neurologia fez pela primeira vez o uso da nomenclatura - Dislexia do Desenvolvimento – conceituando a dislexia como sendo “[...] um transtorno que se manifesta por dificuldades na aprendizagem da leitura”, e que “[...] apesar das crianças serem ensinadas com métodos de ensinamentos convencionais, possuindo inteligência normal e oportunidades socioculturais adequadas”.

Desse modo, pode-se observar que um dos fatores que se encontram presentes na probabilidade de ser disléxico traz em seu bojo genealógico sua estrutura material formada e refletida no seu dia a dia. Sintonizando com esta forma de estabelecer uma definição acerca do tema, Capellini *e al* (2010, p. 375) afirma que:

A dislexia é tanto familiar quanto hereditária. A história familiar é um dos mais importantes fatores de risco, sendo que 23 a 65% de crianças com dislexia apresentam pais também com a anormalidade. A taxa entre irmãos de pessoas afetadas é de aproximadamente 40% e entre pais é de 27% a 49%. Apesar desse forte envolvimento genético, a dislexia não segrega comumente nas famílias em um simples modo mendeliano. Além disso, a habilidade para fazer tarefas cognitivas relacionadas à leitura tende a diminuir em função da proximidade no parentesco dos probandos disléxicos. Essa descoberta sugere que diversos fatores podem interagir com outros trazendo influência na habilidade de leitura.

Portanto, a dislexia traz sua definição na dificuldade de assimilação que o disléxico possui entre os símbolos e seus significados; encontram dificuldades também no processo de letramento e leitura – o que não os tornam inferiores intelectualmente. Discorre-se a seguir acerca de dificuldades dos disléxicos e quais os sinais que estas dificuldades apresentam.

1.2.1 - Déficit Fonológico

De acordo com (Shaywitz *apud* Telles, 2004, p. 715), os investigadores acreditam na hipótese de déficit fonológico, mostrando-nos as dificuldades que as crianças com dislexia apresentam no processo fonológico.

A dislexia é causada por um déficit no sistema de processamento fonológico motivado por a uma disrupção no sistema neurológico cerebral, ao nível do processamento fonológico. Este déficit fonológico dificulta a discriminação e processamento dos sons da linguagem, a consciência de que a linguagem é formada por palavras, as palavras por sílabas, as sílabas por fonemas e o conhecimento de os caracteres do alfabeto são a representação gráfica desses fonemas.

Desta maneira, consegue-se compreender que no conceito de fonologia, ou seja, quando se fala de um requisito patológico da criança, sabe-se que os fatores extrínsecos podem influenciar e potencializar eventuais reações e resultados. Percebe-se que os fatores citados no início deste estudo são determinantes e influenciam para que as pré-disposições cada vez mais se manifestem nas crianças como dificuldades de aprendizagem.

Nesta concordância ideológica, ficamos com as palavras de Telles (2004, p. 716) que discorre no sentido de que “[...] importante se faz dizer que no processo fonológico a criança terá dificuldade na decodificação, o restante das habilidades cognitivas que são as necessárias para que haja clareza estão perfeitas [...]”, e continua afirmando que “[...] as pessoas com dislexia têm seu percurso mais lento para decodificar as palavras”. “Nota-se que [...] utilizam mais intensamente a área da linguagem oral, região inferior-frontal, e as áreas do hemisfério direito que fornecem pistas visuais”.

Quando se trata do processo de escrita, trabalha-se de uma forma para se conciliar este processo de escrita à linguagem, que varia (linguagem) na capacidade de compreender ideias e passar mensagens. O domínio desse processo possibilita ao disléxico interagir e compreender o que se escreve, pois, o processo de escrita inicial deve contemplar escritas menos complexas e que estas escritas contenham uma linguagem lógica. Contudo, a escrita necessita de conhecimento para que haja compreensão, e por este motivo, faz-se necessário citar as palavras de Deuschle e Cechella (2009, p. 195) que assim delineiam a questão:

Para que possa ler, o aprendiz deve captar as correspondências que existem entre os sons da linguagem (fonemas) e os símbolos visuais que são usados para representá-los (grafemas). Esta habilidade é requisitada, principalmente, durante o período da aprendizagem da leitura, mas também mais tarde,

quando o leitor adulto deverá ler palavras desconhecidas (que não fazem parte do seu léxico) e pseudopalavras.

Portanto, percebe-se que os fatores (extrínsecos/intrínsecos) se entrelaçam, influenciando diretamente o resultado e o desenvolvimento na alfabetização especial, por este motivo se faz de tamanha importância que seja diagnosticado o quanto antes, para que significativamente seu rendimento escolar e social possam atingir o objetivo, que é preparar a criança para o futuro, ajudando-a ser independente. Assim, tomando em conceito as definições e ensinamentos de Deuschle e Cechella (2009, p. 197), percebemos que:

[...] quando tratamos de crianças com dislexia, sabe-se que essa dificuldade de captar tais correspondências está latente em seu desenvolvimento, já que seu rendimento é inferior em relação a sua idade intelectual e grau de escolaridade - vendo que há um transtorno na capacidade de leitura tendo assim dificuldade interada e renitente ao aprender a ler. A hipótese fonológica sobre a dislexia se baseia no reconhecimento de um déficit no processo fonológico. Esse déficit fonológico influi diretamente sobre a mecânica da leitura e não se vincula de forma direta à compreensão leitora.

Assim, sustentado nestas afirmações, compreende-se que a dislexia não se monitora apenas na disfunção no seu campo funcional, busca-se também formular questionamentos e desta maneira redigir uma estrutura organizacional de resoluções paliativas das dificuldades desencadeadas pela disfunção. No tocante aos fatores intrínsecos, certo é que sua habilidade se desenvolve de maneira paulatina, levando em consideração o grau de posicionamento da disfunção no cérebro, sendo certo que com tempo para o diagnóstico, pode resultar em um tratamento eficaz, que poderá desenvolver-se de maneira interdisciplinar.

1.2.2 - Déficit Auditivo

Nossos ouvidos captam ondas sonoras que de nós requer uma sistematização neuropsicológica e uma compreensão do nosso cérebro. Para que venhamos ter uma boa audição, há uma série de complexidade exigida pelo nosso mecanismo cerebral, deste modo, entendemos e absorvemos tal conceito e definição a partir de estudos e observações que foram empregadas por Vallet (1989, p. 145) “a audição funcional é um processo complexo, exigindo

atenção, recepção, discriminação, associação e recordação, todas elas necessitando, em seguida, serem interrelacionadas significadamente”. Ao se realizar pesquisas, foi constatado que pessoas (crianças no contexto do trabalho escolar) com dislexia têm um baixo rendimento em relação à aprendizagem auditiva, como se direciona o pensamento e ensinamentos de Valett (1989, p. 17) que ao desentranhar sua capacidade interpretativa, aloca que:

Os disléxicos sofrem de uma incapacitação primária no processamento auditivo temporal e que estas crianças são incapazes de organização e integração de estímulos apresentados em velocidade alta, embora consigam processar os mesmos dados em velocidade mais baixa.

Portanto, diga-se para, que registros tenham que, as crianças que armazenam em si esse distúrbio, concentram suas forças cognitivas em aprender a utilizar o sentido e convergências entre sons e o que se lê. Percebe-se que ao encontrar dificuldades em codificar a leitura escrita, a audição se faz importante no processo de compreensão e resultado almejado. Contudo, quando se aplica os métodos e as formalidades desenvolvidas até aqui para capacitar de maneira mais proveitosa esta criança, ela encontrará dificuldades de assimilar sons de leitura com associação rápida do que se propôs a desenvolver, ou seja, fica difícil a compreensão da leitura e a formulação do pensamento para o que se leu. Quando se fixa a atenção acerca desta temática, pode-se destacar a fala de Prestes e Feitosa (2016, p. 19) que:

A criança com dislexia auditiva, além de terem dificuldades na leitura, apresenta dificuldades de compreender semelhanças nos sons iniciais e finais, pronunciar palavras complexas entre outros. O déficit auditivo é um problema apontado no processamento temporal dos indivíduos que tem problemas em aprendizagem, e em se tratando da fala, o processamento temporal e suas propriedades, são de grande importância para o contraste linguístico, e como consequência resulta na percepção da fala e as dificuldades em leitura e escrita estão relacionadas na percepção do processamento de estímulos acústicos.

Assim, compreende-se que a dificuldade se apresenta na maioria dos sentidos naturais da criança, e quanto maior a aplicação e cuidados dispensados para alcançar esta dificuldade, será realmente viável e importante o controle de todas estas diferenciações e ações da dificuldade no aluno.

1.2.3 - Processamento Visual

Sabe-se que estudos realizados afirmam que crianças disléxicas estão propensas a maior dificuldade em reproduzir símbolos visuais em relação a crianças não disléxicas. A disfunção de leitura tem relação com a baixa produtividade em atividades visuais e verbais que necessitam de uma organização contínua do material. Vallet (1989, p. 24) aponta que “crianças disléxicas têm, significadamente, maiores problemas em localização visual, integração e processamento do que crianças não disléxicas”. Para que a criança possa desenvolver a leitura, é necessário focar os olhos em movimentos combinados da sua musculatura, ao passo que quando simultaneamente vá-se analisando as páginas, caso isso não ocorra, sua percepção visual será afetada.

A leitura requer decodificação e reestruturação, símbolos linguísticos, auditivos e visuais. Certa e convenientemente, de maneira expressiva e esclarecedora Vallet (1989, p. 21) para trazer a mais sensata observação afirma:

A prontidão para leitura exige, organização de sistemas sensoriais diferentes, incluindo a integração de dados e informações visuais experimentados através de convergência ocular, direção e orientação espacial e sugestões perceptivas de sombra, cor, forma, matriz e relações contextuais. [...] a percepção e a integração visuais são processos de desenvolvimento que podem ser modificados pela experiência e treino.

Desta maneira, entende-se que em quaisquer que sejam os estímulos deliberados para que se consiga não somente ler, como certo ler e compreender, passa pela rotina, pelo treino, pela repetição e pela cuidadosa interação diária das palavras que se tem ao dispor.

1.2.4 - Déficit Alofônica

Ao conceituar e elencar este tópico para descrever o que se entende por déficit alofônico faz-se necessário conceituarmos tal qual o Glossário Dislexia Brasil assim o faz como sendo:

Variações fonéticas na produção de um fonema, que não acarretam mudança de significado, como, por exemplo, no português brasileiro, as várias formas de produzir o fonema /R/, conforme se o falante for carioca, mineiro ou gaúcho da fronteira, na palavra “carta”: apesar de serem sons diferentes (alofones), o significado da palavra permanece o mesmo.

Desta maneira, segundo o conceito de que, na vida cotidiana, dentro de uma sala de aula, o educador tem um compromisso categórico de formular e estimular projetos que visem entender e diagnosticar desde cedo estes sinais, formar estas percepções.

Percebe-se que, com a mudança na sonoridade e na pronúncia de certas palavras, a depender das variações que ocorrerem de acordo com a região em que se vive, certamente dificulta sua compreensão pelo disléxico. Desse modo, um trabalho voltado para distinções linguísticas, assimilações e compreensão textual, mostra uma maneira eficaz e animadora para educação especial inclusiva.

2 - DISLEXIA – DESAFIOS PEDAGÓGICOS DO SÉCULO XXI

2.1 - OBJETIVO DA TEMÁTICA PROPOSTA

Neste capítulo tratar-se-á de um dos desafios maiores que se apresentam na carreira da docência, que são as dificuldades enfrentadas pelos docentes, tanto materiais como emocionais.

Desta maneira, torna-se coerente esta análise, formulando caminhos que serão percorridos deste ponto do trabalho, as informações que serão colhidas e os resultados contributivos para a ciência da educação em nosso país que serão alcançados. Portanto, o desafio que se apresenta sem dúvida é um aprendizado que irá acontecer em sentido paralelo, tornando possível o aperfeiçoamento não só da criança, como também uma lição de vida para o docente a cada aula dada.

Portanto, aqui tem-se a pretensão de discutir sobre a inclusão da criança com dislexia no ambiente escolar. A escola pública deve se preparar (especializar) para atendê-la. E até que ponto esta especialização deve acontecer? Certamente serão tratadas as metodologias que existem para que este ensino seja uma verdadeira transmissão pedagógica de conhecimento e aprendizado. Não apenas (mais) uma formalidade desta igualdade ilusória que se apresenta; abordar-se-á também a legislação brasileira que garante (ao menos deveria garantir) um ensino especializado, inclusivo e igualitário, regulando de maneira material e não apenas de modo formal.

2.1.1 - A Educação além da Sala de Aula

Nos dias atuais, ensinar tornou-se como já supramencionado, uma profissão nobre e indispensável à formação de uma sociedade, visto a escassez cultural e ideológica que nossa época atravessa - uma aversão a valores naturais e essenciais de convivência - a banalização dos conceitos e valores, onde ensinar tornou-se o arcabouço intelectual apenas de uma

pequena parcela de nossa sociedade, que ainda resiste bravamente à era da internet, desta modernidade líquida¹ em que está mergulhada a atual sociedade. Nas palavras do sociólogo Bauman (2001, p.80) assim descreve em analogia o esfriamento e a fragilidade das relações sociais em que nos apresentamos, afirmando que:

Não surpreende que não mais se escrevam distopias nestes tempos: o mundo pós-fordista, “moderno fluído”, dos indivíduos que escolhem em liberdade não mais se ocupa do sinistro “grande irmão”, que puniria os que saíssem da linha. Neste mundo, no entanto, tampouco há espaço para o benigno e cuidadoso “irmão mais velho”, em que se podia confiar para proteger o irmão mais novo dos valentões que se punham em seu caminho; e assim as utopias da boa sociedade também deixaram de ser escritas. Tudo por assim dizer, corre agora por conta do indivíduo.

As relações no contexto atual representam de maneira fácil a crise que atravessa nosso país, social, econômica, política, estrutural, ideológica e ética. Assim, tornar-se docente apenas para transmitir informações não contribuirá para um aperfeiçoamento real em nossa sociedade – ao docente que se apresenta contemporaneamente trabalhando de maneira especial e capacitada, consegue transferir conhecimentos, indo certamente além do cotidiano escolar.

Neste caso, não se deve deixar que a alfabetização, torne-se um processo cansativo e vire rotina (sem inovações metodológicas) – deve-se manter um fluxo contínuo de conhecimentos aliados à boas, verdadeiras e confiáveis informações desenvolver e aplicar métodos inovadores que possuam a mesma função de aprendizado especial.

Assim Vigotsky (1984, p. 98) afirma que “aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã”.

Faz-se necessário frisar que quando um docente se capacita para atender uma demanda, principalmente quando a demanda que se apresenta é o ensino de crianças com dificuldades no aprendizado, estes professores se tornam uma ponte, interligando vários mundos, dos mais diversos contextos e das mais impensadas (e porque não afirmar imprecisas) realizações.

São formuladas a partir do trabalho realizado pelos docentes no processo de alfabetização destas crianças novas experiências e aprendizados, que atravessam o campo da

¹ Para uma compreensão detalhada do contexto social e das fragilidades que se perfazem em nossas relações, da cauterizada e engessada linha e transferência de emoções, recomenda-se preterivelmente a leitura de BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Zahar. 2001.

obrigação, alcançando o significado real de humanização, resiliência – mais que educadores ou docentes – tornam-se caminhos por onde passam essas crianças.

2.1.2 - A Estrutura Escolar Inclusiva no Cenário Nacional

Antes de se concentrar os esforços a respeito da inclusão de alunos nas escolas e atuais metodologias que professores devem formular para minimizar as consequências da dificuldade, necessário se faz que sejam analisadas as estruturas física e institucional que são oferecidas no ambiente escolar e como este ambiente e suas adequações fazem a diferença no ensinamento ministrado para as crianças disléxicas.

Os esforços devem ser formulados em conjunto para que o impacto de uma eventual necessidade especial de ensino não influencie negativamente o disléxico, fazendo com que antes mesmo de se começar um trabalho promissor ou ao ser aplicada tal diferenciação no ensino este seja interrompido por desistência do aluno.

Para tal objetivo, as escolas devem estar preparadas para receber e mediar as dificuldades dos alunos, atuando em conjunto com uma equipe interdisciplinar para visionar um possível sucesso na política de ensino. Moraes (1997. p. 198) contribui ao afirmar que “[...] a escola torna um ambiente aversivo e gerador de ansiedade, pois é nesse local que a criança se depara frente a frente com seus problemas e com as exigências de ter uma boa produção para poder passar de ano”.

Ao passo que para minimizar esse impacto negativo, espera que a escola disponha tanto de estrutura física— tão quão materiais de apoio direcionados à inclusão da educação especial —por outro lado, se a criança tomar repulsa e aversão ao ambiente escolar poderá ocorrer um eventual fracasso no processo de alfabetização e na sua inclusão.

Assim, segue-se o princípio da provisão estatal, do cuidado do Estado acerca dos seus concidadãos, que abriam mão de parte de suas liberdades, para que este proveesse as necessidades para formação da sociedade – espera-se que este mesmo Estado provedor assista de modo integral as necessidades dos seus entes – o que materialmente e infelizmente não ocorre.

Sabe-se que não são muitas as políticas voltadas para uma estruturação das escolas para receber os alunos que possuem dislexia, não só em escolas públicas bem como em

particulares (afirmação do autor) - percebe-se que a falta de estrutura física, adicionado a políticas eleitoreiras desprovidas de perspectiva funcional para a inclusão escolar, agrava sobremaneira o fático problema da socialização dessas crianças no ambiente escolar. Ao caminhar neste terreno ideológico, não há como se desvencilhar da indagação natural que perpassa em questionar se realmente o Estado provedor está cumprindo com sua obrigação formal e material de garantir a integridade dos alunos, bem como oferecer as condições financeiras e estruturais para que as escolas possam desenvolver maneiras para recepcionar e transmitir conhecimento de fácil assimilação e eficaz para estas crianças. Neste sentido, Borba e Braggio (2016, p. 1) discorrem nesta narrativa:

A inclusão do aluno disléxico na escola, como pessoa portadora de necessidade especial, está garantida e orientada por diversos textos legais e normativos.

A lei 9.394, de 20/12/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), por exemplo, prevê:

- que a escola o faça a partir do artigo 12, inciso I, no que diz respeito à elaboração e à execução da sua Proposta Pedagógica;
- que a escola deve prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento (inciso V);
- que se permita à escola organizar a educação básica em séries anuais, períodos semestrais e ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios ou por forma diversa de organização (artigo 23);
- que a avaliação seja contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período (artigo 24, inciso V, a alínea a).

Diante de tais possibilidades, é possível construir uma Proposta Pedagógica e rever o Regimento Escolar considerando o aluno disléxico. (Grifo do Autor)

À medida que o Estado não consegue estruturar suas escolas, viola gravemente princípios constitucionais e direitos indisponíveis tal qual a dignidade humana, bem como a educação (de qualidade e inclusiva), direitos de primeira e segunda geração respectivamente, elencados e positivados na Carta Magna pátria – acerca dos direitos tratar-se-á especificamente de maneira analítica oportunamente.

2.1.3 - A Importância da Docência Inclusiva na Carreira Escolar

No atual contexto, a necessidade e a importância de profissionais preparados para assumir tal competência é a maneira mais acertada a ser formulada e aplicada para futuros êxitos na carreira escolar das crianças com dislexia, vez que tais como bons profissionais, podem certamente despertar e transportar conhecimentos essenciais para um promissor desenvolvimento da criança frente à dificuldade.

Sabemos que dislexia não tem cura, porém como abordamos, se diagnosticada e trabalhada com métodos diferenciados por pessoas capacitadas, tende eventualmente não estagnar. A criança crescerá e terá a oportunidade de buscar seus objetivos, sendo os professores caminhos fundamentais para que isso ocorra. Percorrerão estas crianças, guardando consigo o afeto pelos profissionais que fizeram diferença em suas vidas. Os professores através de suas ações proporcionam a emancipação, possibilitando a elas viverem de maneira satisfatória.

Por este motivo, é necessária a capacitação dos docentes, bem como materiais e metodologias que estejam ao alcance da necessidade. Constata-se que a busca por um trabalho pedagógico de qualidade ainda é uma realidade a ser mudada bem como o processo de educação inclusiva como um todo. Segundo Freire (2011, p.30):

Faz parte da prática docente à indagação, a busca, a pesquisa. Para que ocorra uma preparação de qualidade, se faz necessário que o educador, busque pensar e refletir criticamente sobre suas práticas, do ontem e do hoje, para que melhorem suas estratégias e ajudem seus alunos a superarem suas dificuldades no campo da aprendizagem.

Diga-se para que registros tenham que, a supramencionada afirmação nos deixa em situação confortável, pois caminha nosso entendimento em consonância ao entendimento elencado. Não é difícil encontrar os mais variados perfis de profissionais, contudo, educadores que são transformadores de realidades encontram certamente um brilho especial em sua trajetória.

Quando falamos de educação inclusiva, temos que destacar que, existem maneiras que um docente, que se depara com uma criança disléxica em sua turma, agir de maneira ativa, ou seja, desempenha e executa atitudes diferenciadas em prol da aprendizagem de todos. Borba e Braggio (2016, p. 1) dão orientações de como tratar o aluno diagnosticado com dislexia em sala de aula:

- **Trate o aluno disléxico com naturalidade.** Ele é um aluno como qualquer outro; apenas, disléxico. A última coisa para a qual o diagnóstico deveria contribuir seria para (aumentar) a sua discriminação.
- **Use a linguagem direta, clara e objetiva quando falar com ele.** Muitos disléxicos têm dificuldade para compreender uma linguagem (muito) simbólica, sofisticada e metafórica. Seja simples, utilize frases curtas e concisas ao passar instruções.
- **Fale olhando direto para ele.** Isso ajuda e muito. Enriquece e favorece a comunicação.
- **Traga-o para perto da lousa e da mesa do professor.** Tê-lo próximo à lousa ou à mesa de trabalho do professor, pode favorecer o diálogo, facilitar o acompanhamento, facilitar a orientação, criar e fortalecer novos vínculos.
- **Verifique sempre e discretamente se ele demonstra estar entendendo a sua exposição.** Ele tem dúvidas a respeito do que está sendo objeto da sua aula? Ele consegue entender o fundamento, a essência, do conhecimento que está sendo tratado? Ele está acompanhando o raciocínio, a explicação, os fatos? Repita sempre que preciso e apresente exemplos, se for necessário.
- **Certifique-se de que as instruções para determinadas tarefas foram compreendidas.** O que, quando, onde, como, com o que, com quem, em que horário etc. Não economize tempo para constatar se ficou realmente claro para o aluno o que se espera dele.
- **Observe discretamente se ele fez as anotações da lousa e de maneira correta antes de apagá-la.** O disléxico tem um ritmo diferente dos não-disléxicos, portanto, evite submetê-lo a pressões de tempo ou competição com os colegas.
- **Observe se ele está se integrando com os colegas.** Geralmente o disléxico angaria simpatias entre os companheiros. Suas qualidades e habilidades são valorizadas, o que lhes favorece o relacionamento. Entretanto, sua inaptidão para certas atividades escolares (provas em dupla, trabalhos em grupo, etc.) pode levar os colegas a rejeitá-lo nessas ocasiões. O professor deve evitar situações que evidenciem esse fato. Com a devida distância, discreta e respeitosamente, deve contribuir para a inserção do disléxico no grupo-classe.
- **Estimule-o, incentive-o, faça-o acreditar em si, a sentir-se forte, capaz e seguro.** O disléxico tem sempre uma história de frustrações, sofrimentos, humilhações e sentimentos de menos valia, para a qual a escola deu uma significativa contribuição. Cabe, portanto, a essa mesma escola, ajudá-lo a resgatar sua dignidade, a fortalecer seu ego, a (re) construir sua auto-estima.
- **Sugira-lhe “dicas”, “atalhos”, “jeitos de fazer”, “associações”... que o ajudem a lembrar-se de, a executar atividades ou a resolver problemas.**
- **Não lhe peça para fazer coisas na frente dos colegas, que o deixem na berlinda: principalmente ler em voz alta.**
- **Atenção: em geral, o disléxico tende a lidar melhor com as partes do que com o todo.** Abordagens e métodos globais e dedutivos são de difícil compreensão para ele. Apresente-lhe o conhecimento em partes, de maneira dedutiva.
- **Permita, sugira e estimule o uso de gravador, tabuada, máquina de calcular, recursos da informática...**
- **Permita, sugira e estimule o uso de outras linguagens.** (Grifo dos Autores)

Obviamente não estamos diante de exemplos que podem ser seguidos, não são taxativos e sim exemplificativos. Certamente outras ações que visem estimular, incluir, distribuir de maneira igualitária o conhecimento devem ser realizadas. Cada descoberta

poderá ser compartilhada e aplicada para facilitar a compreensão e desenvoltura de ambas as partes envolvidas na situação do aprendizado – educando e docente. Ao que em brilhante reflexão Morais (2006, p. 24) contribui:

Todas as crianças têm possibilidades de aprender e gostam de fazê-lo e quando isso não ocorre é porque alguma coisa não está indo bem. Neste momento é necessário que, tanto o professor como os demais profissionais responsáveis pelo processo de aprendizagem, se questionem acerca dos fatores que podem estar contribuindo para que o aluno não consiga aprender.

De acordo com o que se apresentou até o presente momento, aprimorou-se uma série de fatores e procedimentos para que haja sucesso em uma alfabetização e na transmissão de conhecimento entre aluno/professor. Portanto não podemos deixar de observar que para que isto aconteça satisfatoriamente é necessário que se disponibilize toda uma estrutura inclusiva e de conhecimento que atinja desde equipes interdisciplinares, passando pela família em casa e culminando com a escola/docente. Por este motivo que a capacitação dos professores, estrutura e material para poder desenvolver trabalhos direcionados às necessidades apresentadas, se faz de suma importância, visto que, desta maneira o professor estará fazendo um trabalho educacional e inclusivo ao mesmo tempo. Sabe-se que o professor tem um papel fundamental nesta inclusão e se este professor estiver devidamente estruturado, certamente o trabalho será satisfatório.

A partir deste momento, poderá ser traçado em conjunto com equipe pedagógica uma estratégia para transmitir a alfabetização à criança. Nota-se que a primeira percepção teve sua essência com a inclusão da criança na escola, e com isto, pode-se verificar uma dificuldade de atenção que ainda não se sabia qual era – por indicação do professor a família leva a criança para uma avaliação de profissionais de variadas áreas clínicas e estes em consenso concordam que existe tal dificuldade e a delineiam. Conjuntamente com a equipe multidisciplinar o professor vai desenvolver metodologias para trabalhar com esta criança. O professor está, na maioria das vezes, nas duas pontas desta alfabetização, possibilitando tanto o diagnóstico precoce que acontece quando esta criança é inserida na escola. O docente ao tentar alfabetizar esta criança percebe uma dificuldade (diagnóstico informal²) e orienta os pais a procurarem uma equipe clínica capacitada para oferecer de maneira precisa o diagnóstico. Depois de diagnosticada e classificada a dificuldade, este mesmo professor é quem promoverá esta

²Utilizaremos esse termo para referirmo-nos às percepções do docente, em sala de aula, em relação as dificuldades dos escolares que apresentam características de uma criança disléxica.

inclusão da educação especial, desenvolvendo o aprendizado da criança. Deste trabalho deriva a importância de um docente preparado tecnicamente, porém mais proveitoso se for preparado técnica e humanamente. Maia (2011, p. 85-86) afirma que “quando falamos que os docentes [...] são de suma importância para o aprendizado, temos em situação suplementar que esta dificuldade, apesar de crônica, não limita sobremaneira seus portadores”.

Assim, ao entender e compreender o que significa ter esta dificuldade consegue o professor e aqueles que se envolvem nesta alfabetização, que estas crianças apesar de possuírem estas dificuldades, possam ter um desempenho acima do esperado e do programado. Ao serem oferecidos todos os fatores para um tratamento precoce e eficaz, alcançando resultados que se tornam gradativamente conquistas, pois as crianças com dislexia, conforme assevera Ianhez e Nico (2002, p. 21), tem:

Inteligência normal: a dificuldade para o aprendizado da leitura e escrita não é decorrente de deficiência intelectual. A criança apresenta desenvolvimento normal, funcionamento cognitivo adequado em outras áreas e boa adaptação social; **oportunidade sociocultural e instrução convencional:** a criança foi exposta aos estímulos linguísticos apropriados ao longo de seu desenvolvimento e teve adequado processo de alfabetização. Esse é um dos pontos mais complicados de ser analisado, uma vez que muitas crianças, em especial da rede pública, apresentam privação linguística e poucos anos de pré-escola para compensar esse *déficit*. Além disso, em razão da preponderância de métodos globais de alfabetização, a quantidade de instrução fonológica e ensino de correlações entre grafema e fonema tem sido pouca (a palavra “falha” seria melhor empregada aqui) em nossas escolas, trazendo prejuízos ao letramento de nossas crianças e em especial as menos favorecidas socialmente por não terem outras oportunidades de acesso a escritos que não na escola; Ausência de distúrbios sensoriais: a criança tem visão e audição adequadas ou com déficits pouco expressivos. (Grifo do Autor)

Ao se tornar participante da história de tais crianças, um professor atento percebe primeiro tal dificuldade apenas ao observar seus alunos. O professor preparado para tal educação especial e inclusiva consegue em poucas aulas fazer um “diagnóstico informal” da dificuldade. Não consegue, e é compreensível que não consiga identificar de pronto que a dificuldade se trata de dislexia e fechar um laudo, o que só se obtém com diagnóstico de uma equipe multidisciplinar e exames específicos que comprove a natureza da dificuldade, porém, consegue perceber que algo não vai bem no desenvolvimento do educando. Neste sentido, o quadro abaixo, Ianhez e Nico (2002, p. 26-27) pontua dificuldades que podem ser observadas pelos professores:

Quadro 1: Possíveis dificuldades de crianças com dislexia

Possíveis dificuldades de crianças com dislexia
Desempenho inconstante;
Demora na aquisição da leitura e da escrita;
Lentidão nas tarefas de leitura e escrita, mas não nas orais;
Dificuldade com os sons das palavras e, conseqüentemente, com a soletração;
Escrita incorreta, com trocas, omissões, junções e aglutinações de fonemas;
Dificuldade em associar o som ao símbolo;
Dificuldade com a rima (sons iguais no final das palavras) e aliteração (sons iguais no início das palavras);
Discrepância entre as realizações acadêmicas, as habilidades linguísticas e o potencial cognitivo;
Dificuldade em associações, como, porexemplo;
Associar os rótulos aos seus produtos;
Dificuldade para organização sequencial, por exemplo, as letras do alfabeto, os meses do ano, tabuada etc.;
Dificuldade em nomear objetos, tarefas, etc.;
Dificuldade em organizar-se com o tempo (hora), no espaço (antes e depois) e direção (direita e esquerda);
Dificuldade em memorizar números de telefone, mensagens, fazer anotações, ou efetuar alguma tarefa que sobrecarregue a memória imediata;
Dificuldade em organizar suas tarefas;
Dificuldade com cálculos mentais;
Desconforto ao tomar notas e/ou relutância para escrever;
Persistência no mesmo erro, embora conte com ajuda profissional.

Fonte: Elaborado pela autora com base na obra de Ianhez e Nico (2002, p. 26-27).

Compreensível se torna que, ao ser perceptivo e participativo da história escolar de dificuldades de seus alunos, o professor inclusivo não apenas possui capacitação curricular e formação acadêmica, pois vai além, é um professor inclusivo, que compreende a dificuldade edesenvolve maneiras que buscam minimizar o impacto da dificuldade da criança. Ao perceber, e de certa maneira contribuir para que esta criança possa ser trabalhada de maneira especial, o professor vai além de um educador, torna-se base para o desenvolvimentoda criança disléxica.

2.1.4 -Metodologias de Transmissão de Conhecimento

Em palavras técnicas de Bauer (1997, p.97) “[...] se o disléxico não pode aprender do jeito que ensinamos, temos que ensinar do jeito que ele aprende”.

Assim podemos compreender que se faz importantíssima a aproximação de docente/aluno de maneira interligada e contínua, onde em cada desafio proposto contemplará uma formulação metodológica pertinente. Neste contexto de interação Ianhez e Nico(2002, p. 29-30) apresentam a seguinte perspectiva:

Informações como o desenvolvimento da criança, histórico familiar, desempenho escolar, métodos de ensino e repertório adquirido são de muita importância, por isso, os pais e a escola também são fontes essenciais de informação. Essa troca de dados entre os profissionais será importante também para se fazer o encaminhamento adequado.

Em consonância com a supramencionada transcrição, segue o entendimento de que o auxílio na primeira fase da alfabetização deve compreender um estímulo concordante com a dificuldade que se faz, com metodologias de trabalho desenvolvidas para alcançar de maneira mais inclusiva e contemplativa possível tais crianças.

Portanto, sabe-se que metodologias tais como ensino com recursos audiovisuais, alfabetização com utilização de vídeo, fotos, desenhos, repetição e uma prática e incentivo da leitura, delineando maneiras de torná-la atrativa, proporciona que se adquira quanto antes o hábito de leitura, para se trabalhar nas eventuais dificuldades que surjam no caminho da transmissão de conhecimento. Assim afirma Ianhez e Nico (2002, p. 88):

“[...] o professor deve utilizar um programa de linguagem bastante estruturado e fazer uso de todos os canais sensoriais: audição, visão, memória, tato, tanto na escrita quanto na leitura. Isso é normalmente chamado de ensino multissensorial”.

Caminhando neste sentido, podemos apresentar um dos propósitos comunicativos que podem ser utilizados no desenvolvimento e aprendizagem da criança, considera que a construção textual uma maneira de se trabalhar com a dislexia, visto que, a construção textual e o real significado do texto escrito são muito importantes na assimilação por parte do

dislético para desenvolvimento da leitura. Assim sendo, Teberosky e Tolchinsky (1995, p. 88) informam que:

Os propósitos comunicativos, as intenções e motivações do escritor tomam forma linguística nos textos. Consideremos agora a relação entre gêneros e textos. Observando o fenômeno a partir dos textos vemos que estes se agrupam em tipos e funções da coocorrência de suas características linguísticas. Podemos postular que tal coocorrência não é casual, mas sim, que está marcada pela influência funcional subjacente que motiva o seu emprego. Uma dessas influências funcionais motivadas pelas necessidades comunicativas é o gênero.

Quando se traça um projeto de trabalho especial, o que se deve pensar e idealizar de forma exigente são os materiais que comporão esta estrutura, e assim podemos observar que os métodos devem ser tão eficazes e variados, pois uma das dificuldades de crianças disléxicas pode passar em não manter a mesma admiração e atração por materiais e trabalhos comuns e tradicionais, assim irão se desinteressar pelo material rapidamente. Por este motivo, deve-se apresentar textos de fácil leitura e que não possuam em seu significado duplo sentido, o que causa tamanha dificuldade para os disléxicos na compreensão do texto lido. Seguindo em consonância ideológica deste pensamento Barbosa (2001, p. 32) destaca que:

Se a aprender é um processo que resulta da constante interação do indivíduo com o meio, a dificuldade de para aprender se caracteriza por ser impedimento, momentâneo ou persistente, do indivíduo diante do obstáculo que surgem nessa interação [...]. Sendo assim, aprender implica em dificuldade de aprender.

Importante esta informação, pois se consegue a partir dela absorver em entendimento e complementar com a afirmação de Teberosky e Tolchinsky (1995, p. 101):

Muitos tipos de imitação tais como a paráfrase, a repetição literal ou a citação exigem condições especiais de durabilidade no tempo, de estabilidade da fórmula, de notação externa dos enunciados, além das palavras faladas ou do processamento da linguagem em tempo real. Na realidade, as condições que permitem separar a forma da interpretação, por tentativas sucessivas e explorando recursos linguísticos, implicam operações que não encontram um ambiente favorável na produção direta das palavras faladas. Quer dizer, estes procedimentos imitativos são mais fáceis de realizar com textos escritos, com enunciados linguísticos estáveis e reproduzíveis.

Portanto, ao tornar o aprendizado mais atrativo e lúdico, realiza-se uma probabilidade de sucesso na implantação dos métodos aplicados e podem levar à evolução do aluno no que diz respeito à alfabetização e a novas maneiras de ensinar a partir desta intervenção prática com este trabalho. Tornar estas formas de ensinar mais simples e adequadas a cada situação contribui para que haja uma captação maior da atenção e que o aprendizado seja satisfatoriamente atingido.

Para delinear esta interpretação que se tem a partir do exposto, Ianhez e Nico (2002, p. 88-89) afirmam:

Crianças comuns apresentam o sistema sensório-motor adaptado para a compreensão da linguagem falada e escrita. Já as crianças disléxicas apresentam esse mesmo sistema deficiente quanto à capacidade de construir uma resposta automática a estímulos sensoriais. O aprendizado multissensorial trabalha simultaneamente com o uso dos olhos, ouvidos, órgãos da fala, dedos e músculos, envolvendo todos os caminhos para o cérebro. A vantagem desse método é que a criança disléxica é capaz de usar áreas de força, ao mesmo tempo em que exercita e fortalece áreas mais fracas. O objetivo é a criança aprender respostas automáticas duradouras (os nomes, os sons e formas de todos os fonemas) desenvolver a habilidade de sequenciá-las corretamente nas palavras. O conhecimento a tornará tão segura que ela poderá produzir de qualquer maneira o símbolo quando necessário, seja na leitura, escrito ou soletração. Todo o seu sistema receptivo precisa interagir simultaneamente para isso acontecer. A ajuda dos pais pode ser muito importante, pois eles podem cooperar com os professores reforçando o trabalho de classe. Além da relação afetiva, por estar em casa, ampliam-se algumas possibilidades práticas (envolvimento dos sentidos).

Portanto, conseguimos absorver que, quanto mais diversificado e contextual for a aplicação de tais materiais e metodologias, maior será o índice de aproveitamento de tais matérias e do aprendizado, pois é necessário que não só o ensino seja priorizado bem como fundamental se perfaz que o aprendizado seja qualitativo e constante.

2.1.5- Legislação Especial para Inclusão Escolar

Aqui se faz pertinente transmitir o conhecimento acerca da formulação legal para balizar nosso entendimento e estruturar a concepção normativa que garante a inclusão social escolar de crianças (pessoas) com dislexia no âmbito escolar.

Podemos citar a Lei 9.394/2006 –Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que foi recentemente alterada por força da lei 11.274/2006, onde elenca em seu artigo 2º a competência estruturante da responsabilidade da educação e sobre quem recai tal diretriz, trazendo que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A própria Constituição Federal de 1988 traz em seu arcabouço normativo em vários dispositivos que a educação é dever do Estado e direito do cidadão. Em seu bojo normativo, precisamente artigo 1º que delibera acerca do princípio da dignidade humana, o artigo 5º que normatiza a igualdade de condições objetivas e subjetivas para que seja compartilhada e apresentada esta dignidade humana, preservada e ampliada cada vez mais, para assegurar igualdade de condições na esfera material, e não apenas na burocrática e carregada de formalidade.

No capítulo III da Constituição Federal de 1985, ao tratar do tema educação, se faz clara em seu entendimento garantindo que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Contudo, não basta que de maneira pragmática a Constituição regule, é preciso que de maneira imediata seja aplicado o que ela garante, bem como em seu artigo 208 que descreve:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

[...]

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

E em sentido de garantir que estas normatizações sejam cumpridas integralmente, considera que o não cumprimento destas garantias, bem como, a não provisão destes recursos responsabiliza de maneira direta o estado que se omite no seu dever de salvaguardar seu cidadão que é membro efetivo de uma sociedade democrática de direitos, e esta responsabilização possui a faculdade de ser pleiteada através do poder competente para tal, que no caso em tela se figura como o judiciário.

Na esteira legal, a LDB (1996) não promove esta inclusão de maneira imediata, afrontando claramente o mandamento constitucional que assegura tal garantia, tendo assegurada em seu artigo 3º parâmetros inclusivos, e, assim, transcreve:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

A LDB(1996) também garante em legislação supletiva aos princípios elencados no artigo 208 da Constituição Federal, quando delibera em seu artigo 4º o dever do Estado de oferecer condições e materiais para que seja desenvolvido um sistema educacional eficaz.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Assim, quanto à regulamentação, institui que aos estabelecimentos de ensino seja dada liberdade para desenvolver e trabalhar conforme a necessidade dos alunos, resguardada a base normativa legal que esta lei disciplina. Traz em seu artigo 12 a seguinte redação:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Continua a supracitada lei regulando e traçando parâmetros para um aproveitamento satisfatório, em seu artigo 13 conceitua:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Note-se que o conteúdo do trabalho está sustentado na concepção legal e tudo o quanto trouxe este estudo facilitou a compreensão e adequação à legislação. Portanto, ao traçar e apresentar estas leis teve-se o cuidado de absorver para compreensão e arrematação do trabalho aquelas que diretamente estão ligadas no âmbito educacional inclusivo. Entendeu-se que há respaldo normativo nacional para que tal inclusão seja realizada, o que não há é uma inclusão real, visto a incapacidade do Estado frente a estas demandas-

Apenas com a pretensão de informar que caso alguns dos direitos garantidos para a educação não sejam implementados deve-se acionar órgãos competentes para que sejam garantidos estes direitos básicos e constitucionais. Busca-se fomentar discussões e debates acerca da temática proposta para que seja aprimorada a legislação especial, e fazendo-se cumprir de maneira direta seus dispositivos, pois não adianta criar políticas e não garantir o seu efetivo cumprimento.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário para construção das considerações finais, notar que a dislexia nos atuais dias encontra formas diversas de abordagem, porém em todas elas torna-se importantíssimo que a criança esteja amparada pelo corpo docente especializado. Certamente também nota-se que, quanto mais a criança encontrar abrigo em seu ambiente familiar, tornará o trabalho dos docentes menos dificultoso, visto que, ao atuar em conjunto com a escola, a família torna-se o local de estratégias pedagógicas, treinamento e do repasse de tudo que foi transmitido.

É no seio familiar que a criança poderá errar e recomeçar quantas vezes forem necessárias sem que haja exclusão – aqui – no centro da sua família, irá adquirir confiança para repetir o que é ensinado e a maneira da abordagem que é trabalhada - por este motivo conclui-se que a família oferece a base do tratamento e seu acompanhamento e dedicação, aliado a trabalhos desenvolvidos de maneira especial, indiscutivelmente trará ótimos resultados no processo de inclusão na educação especial, o que realmente se almeja.

A instituição escola deve oferecer estrutura física e psicológica, aliada a uma especialização de seu corpo docente para que possa ser ofertada igualdade no tratamento, no direito de estudar e de ser alfabetizado bem como disponibilizar materiais para o trabalho acontecer de maneira ininterrupta e proveitosa.

É dever do Estado garantir esta igualdade perante as instituições escolares, investindo de maneira consciente na (re)modelação do ambiente escolar que receberá estas crianças. O trabalho deve ser realizado de maneira contínua e respeitando os acontecimentos, procurando transmitir confiabilidade e praticidade no trabalho inclusivo.

Ao destacar-se a inclusão escolar, o objetivo foi traçar parâmetros para atuação dos docentes na alfabetização de crianças com dislexia e as eventuais necessidades que enfrentam estes docentes em sua capacitação – indo desde a falta de interesse do próprio até eventual falta de condição estrutural ofertada pela escola. Vimos que os docentes em atividade no século XXI, além de enfrentar a dificuldade do desafio que é a educação especial inclusiva em nosso país, deparam-se também com a falta de incentivo e de locais apropriados para desenvolver tal inclusão – professores preparados tecnicamente encontram estruturalmente as limitações que na maioria das vezes impede que o trabalho seja eficaz.

Conceitua-se como positivo o planejamento em conjunto com equipes multi e interdisciplinares tanto no diagnóstico bem como na elaboração de planos de aula,

metodologias a serem aplicadas e novas estratégias que são desenvolvidas a partir da experiência e da prática no campo da educação especial.

Anota-se que, planos metodológicos abordados estão apenas como exemplo, não se limitando o ensino da criança com dislexia e a inclusão escolar a apenas estes métodos; pontua-se como positivas novas e supervisionadas formas de se trabalhar na educação inclusiva.

Quando se fala especificamente acerca da legislação, foram apresentados leis e atos normativos que regulam e tentam promover esta inclusão escolar – ao menos no formalismo – conseguiu-se compreender que o país conta com uma capacidade legal que atua no campo da igualdade regulando e normatizando para que esta igualdade seja aplicada de maneira imediata a quem precisa.

O Brasil em sua Constituição Federal de 1988, ao ter o viés protecionista, enumerou de maneira demasiada cada ação e no campo educacional busca promover educação de qualidade, não só inclusiva, mas a educação de um modo geral é dever do Estado que deve promover da melhor forma e menos onerosa possível.

A própria LDB (2006) foi modificada para adequar-se ao contexto atual – com o dinamismo e com a evolução, surgem problemas atuais que leis antigas não conseguem regulamentar, é necessário perfazer-se que legislações sejam melhoradas, aprimoradas para garantir que este dinamismo tanto da evolução tão quanto do direito não se prestem apenas para engrossar a legislação com leis que não são cumpridas e sim que os atos possam funcionar em consonância com a real necessidade do momento.

Portanto, conclui-se que o trabalho conseguiu-se delimitar e traçar um objetivo, ao passo em que concentrou esforços nas recomendações aos que atuam de maneira singela e nobre na área da docência, principalmente no campo da educação especial – nota-se que aos que desempenham tal papel, além de uma especialização para aplicar a técnica, um grande carinho e humanização dos que atuam frente a esta área educacional, pois necessário é ao menos um grau de alteridade, ou seja, colocar-se no lugar de quem irá receber este tratamento e ver se caso fosse o contrário, caso estes mesmos profissionais estivessem necessitados de um trabalho diferenciado e especial, se gostariam de receber o tratamento e atenção conforme estão dispensando aos seus.

Desta maneira, entendeu-se que são deveras os desafios e as dificuldades enfrentadas no campo da educação – aos professores fica a perspectiva de aprimorar-se cada vez mais e buscar atuar com auxílio multidisciplinar no campo da educação especial para alfabetizar como também promover a inclusão escolar destas crianças. Assim, a família deve atender às

expectativas do seu ente e garantir que seu seio será de extrema tranquilidade e confiabilidade, para que as crianças possam atuar sem medo de errar e se constranger.

No que diz respeito à estruturação escolar, é certamente de grande valia para promover este trabalho, pois os resultados (positivos ou negativos) são consequências da soma de todos os fatores que foram aqui expostos, visto que se não for garantido que estes fatores atuarão em harmonia – família, escola, profissionais da docência e médicos – se algumas destas fases estruturantes e formadoras forem desrespeitadas ou tão pouco esquecidas, certamente se terá uma transmissão de conhecimento insatisfatória e uma inclusão especial escolar incompleta.

Com estas informações, conclui-se que não só os professores como a escola e todos que fazem parte da vida dessas pessoas devem ter acesso às informações e saiba manipulá-las a seu favor – produzindo resultados verdadeiramente indispensáveis para garantir a inclusão na educação especial e para formação social do mesmo - temos informações suficientes para afirmar que todos, sem distinção, conseguem se desenvolver mesmo diante das limitações impostas pela natureza ou pelo próprio ser.

Acredita-se ser dever dos docentes e dos cidadãos de bem, fazer com que todos possam estar sim inclusos ao nosso meio, sem preconceito ou ações ofensivas que privem de igualdade (em todas as áreas) a pessoa com dislexia - que saibamos incluir, agregar, somar em nossas relações e não apenas quando se faz conveniente, podendo desta maneira, melhorar e modificar o meio no qual vivemos.

4 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Laura Monte Serrar. **A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar**. Curitiba: Expoente: 2001.

BAUER, James J. **Dislexia: ultrapassando as barreiras do preconceito**. São Paulo: Casa do Psicólogo: 1997.

BAUMAN, Zygmundt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

BORBA, Ana Luiza. BRAGGIO, Mário Ângelo. **Como interagir com o disléxico em sala de aula**. Disponível em <<http://www.dislexia.org.br/como-interagir-com-o-dislexico-em-sala-de-aula/>>. 08 dez.2017.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 29 out. 2017.

BRASIL, **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2017.

BRASIL.**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional9394/1996**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 23 nov. 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.274/2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 02 nov. 2017.

CAPELLINI, S. A.; GERMANO, G. D.; CUNHA, V. L. O. **Transtornos de Aprendizagem e Transtornos de Atenção; da Avaliação a Intervenção**. São José dos Campos: Pulso, 2010.

DEUSCHLE, Vanessa Panda, CECHELLA, Cláudio. **O déficit em consciência fonológica e sua relação com a dislexia: diagnóstico e intervenção**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v11s2/16-08.pdf>. Acesso em 12 out. 2017.

DISLEXIA. **Dislexia de A à Z**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Dislexia. Disponível em <<http://www.andislexia.org.br/>>. Acesso em 15 out. 2017.

DISLEXIA. **O que é dislexia?** São Paulo: Associação Brasileira de Dislexia. Disponível em <<http://www.dislexia.org.br/>>. Acesso em 15 out. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo, Paz e Terra: 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas: 2010.

GLOSSÁRIO DISLEXIA BRASIL: São Paulo, 2015. Disponível em <<http://www.dislexiabrasil.com.br/Glossario.aspx>>. Acesso em 03 dez. 2017.

IANHEZ, M. E.; NICO, M. A. **Nem sempre é o que parece: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares**. São Paulo: Alegro, 2002.

MAIA, Heber. **Necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

MORAIS, Antonio Manuel Pamplona. **A relação entra consciência fonológica e dificuldades de leitura**. São Paulo: Vetor, 1997.

MORAIS, Antonio Manoel Pamplona. **Distúrbios de aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica**. 12. ed. São Paulo: Edicion, 2006.

NEUROLOGIA. **Estrutura Organizacional da Instituição**. São Paulo: Academia Brasileira de Neurologia. Disponível em <<http://abneuro.org.br/conteudos/exibir/29/quem-somos>>. Acesso em 12 out. 2017.

NEUROLOGIA. **Origem e Conceito**. Londres: Federação Nacional de Neurologia. Disponível em <<https://www.wfneurology.org/>>. Acesso em 01 out. 2017.

PRESTES, Marta Regueira Dias; FEITOSA, Maria Ângela Guimarães. **Teorias da Dislexia: Sustentação com Base nas Alterações Perceptuais Auditivas**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. v. 32; Distrito Federal – DF. 2016. p. 19. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v32nspe/1806-3446-ptp-32-spe-e32ne24.pdf>>. Acesso em 15 out.2017.

ROTTA, N. T.; OHLWILER, L.; RIESGO, R. d. S. **Transtornos da Aprendizagem; Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTOS, M. T. M. D.; NAVAS, A. L. G. P. **Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem Escrita**. Barueri: Manole; 2004.

TEBEROSKY, A.; TOLCHINSKY, L. **Além da Alfabetização**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1995.

TELES, Paula. **Dislexia**: como identificar? Como intervir? Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, [S.l.], v. 20, n. 6, p. 713-30, nov. 2004. ISSN 2182-5173. Disponível em: <<http://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/10097/9834>>. Acesso em 29 set. 2017.

VALETT, Robert E. **Dislexia**: uma abordagem neuropsicológica para a educação de crianças com graves desordens de leitura. São Paulo: Manole, 1989.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.